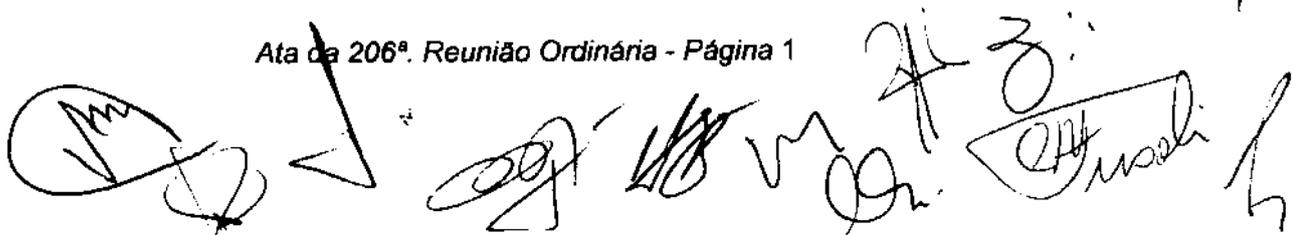


206ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezanove dias do mês de maio de 2011, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá – PR, às 09h30min, sob a presidência do Sr. ANTONIO ALFREDO MATTHIESEN, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos Conselheiros: Carlos Roberto Frísoli, José Baka Filho, Ivany Marés da Costa, Lourenço Fregonese, Luiz Teixeira da Silva Junior, Carlos Alberto Silveira Calvo, Michael Martins da Silva, Persio Souza de Assis, Sandro Flores Monteiro, Edson Cesar Aguiar, Marco Aurélio Chapaval, Herber Soares de Freitas, Carlos Antonio Tortato, Wilson Moraes da Silva, Maria do Socorro de Oliveira, Zulfiro Antonio Bósio, Ismael Alves Pires Neto, Luiz Antonio de Camargo Fayet, Juarez Moraes e Silva, Blásio José München, Claudio Fernando Daudt, Hário Mirzo Tieppo Junior e João Gilberto Cominese Freire; **Convidados:** Comandante Pacheco - CPPR, Sidney Pinto – Cotriguaçu, Nilson Hanque de Camargo – FAEP, Sr. Jonathan Mark Crossley - Conselheiro do CAP do Porto do Rio Grande-RS e atual Diretor do Estaleiro do Grupo Wilson Sons no Rio Grande, Argyris Ikonomou – Presidente do SINDAPAR; **Justificativas de Ausências:** Cons. Airton Maron; **1. ABERTURA DOS TRABALHOS** – O Presidente deu início à reunião agradecendo a todos pela presença. **2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 205ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Secretária do Conselho, que depois de recebida e analisada pelo colegiado, foi aprovada por unanimidade; **3. POSSES:** **BLOCO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS** – Conselheiro MARCO AURÉLIO CHAPAVAL, Representante Suplente dos demais Operadores Portuários; O Presidente parabenizou o Cons. Chapaval pela sua recondução ao cargo, desejando pleno êxito na sua gestão. **4 – ORDEM DO DIA - 5. INFORMAÇÕES GERAIS - 5.1 - INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE E COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO DO PDZPO E DE ARRENDAMENTOS** – (Relatório nº. 001/2011) - Relatora Maria do Socorro Oliveira informou da ocorrência de duas reuniões com a participação das duas Comissões: a Comissão Permanente do PDZPO e a Comissão Especial para acompanhamento exclusivo dessa elaboração do PDZPO. Na primeira reunião foi elaborado relatório sugerindo à Presidência do CAP, oficiar correspondência à APPA solicitando aceleração dos trâmites do Convênio para execução do PDZPO. Na reunião seguinte, a Comissão foi informada pelo Superintendente da APPA, do encaminhamento de uma proposta ao Governo do Estado para a autorização da contratação de execução do PDZPO. Disse que o PDZPO é um assunto tratado como prioridade máxima atualmente na APPA e tão logo seja autorizada a execução, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento será entregue em duas etapas: a primeira etapa no prazo de 90 dias e mais 90 dias pra o segundo relatório, somando 180 dias na execução total. O trabalho será considerado completamente entregue após a aprovação do Conselho. Disse que todo o trabalho desenvolvido será acompanhado pelas Comissões do CAP e os conselheiros terão a oportunidade de sugerir, ampliar, melhorar ou corrigir algumas distorções que por ventura venham a ocorrer, desde que essas opiniões sejam de aprovação geral do plenário e da APPA/Governo do Paraná. Por ser o grupo executante do trabalho, o mesmo que está elaborando para a SEP o Plano Nacional de Logística Portuária e os Master Plan dos portos estratégicos brasileiros, a conselheira acredita que haverá total identificação entre as diretrizes de estratégias pontuadas em Paranaguá com as diretrizes nacionais, o que potenciará o desenvolvimento portuário no Paraná. **5.2 - INFORMAÇÕES ACERCA DOS TRABALHOS DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS NORMAS DE TRÁFEGO MARÍTIMO E PERMANÊNCIA NO PORTO (Portaria 231/2011-APPA)** – Cons. Juarez Moraes e Silva informou que a Comissão reuniu-se em três ocasiões com participação de todos os representantes das entidades indicadas pela Portaria nº. 231/2011-APPA. Principais pontos considerados até o momento: A revisão focará o conteúdo, deixando o enquadramento às Normas da ABNT para a redação final, a ser realizada por

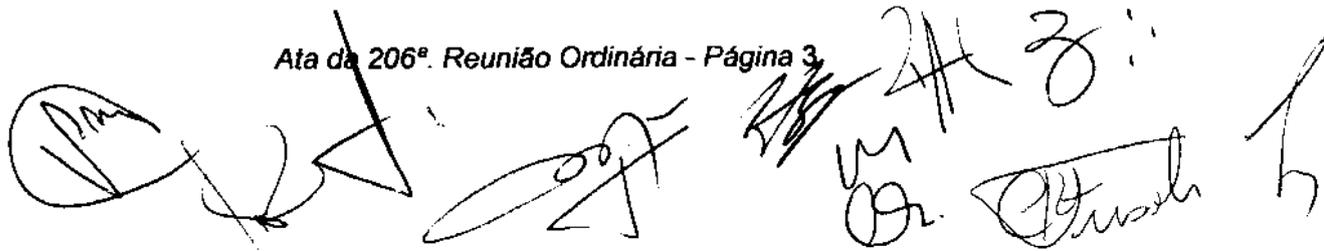


profissional qualificado. Verificou-se que a Estação de Controle de Tráfego Marítimo - ECTM, previsto na Norma vigente e essencial para a Gestão do Sistema não foi implantado até o momento. Pela complexidade e tecnicidade da matéria, que demanda dados precisos gerados por diversas fontes, tais como batimetrias, tabua de marés, correntes, coordenadas diversas, definição do projeto de dragagem de manutenção e de aprofundamento a Comissão deliberou pela criação de um subgrupo composto pela Paranaguá Pilots, Capitania dos Portos e APPA para elaborarem uma minuta da Norma até 13 de junho para então discutir no âmbito da Comissão a minuta proposta. A Comissão deliberou também recomendar a APPA que elabore um Termo de Referência, se necessário com a contratação de Consultoria especializada, para modelar um Sistema de Monitoramento Portuário, que venha ocupar as atribuições do citado ECTM integrando informações de tráfego marítimo, meio ambiente e segurança da navegação, possibilitando às autoridades competentes a efetiva Gestão do Sistema. **Cons. Cláudio** disse que considera muito importante a participação de todas as entidades nas reuniões, especialmente pela boa vontade de todos em reformular as Normas de Atracação. Registrou ver um grande avanço nos trabalhos, com resultados efetivos tanto da Comissão do PDZPO como do grupo composto para elaboração das Normas. **Cons. Michael** lembrou que algum tempo atrás houve iniciativas unilaterais, tomadas para acelerar algumas prioridades sobre autorizações de navios grandes, inclusive com simulações efetuadas em outros portos e bancadas pelo TCP. As reivindicações não estão seguindo seus prazos, como pendência citou uma precária licença para operação dos navios com 306m e que precisa ser urgentemente corrigida e que sente-se satisfeito em ver a Praticagem pela primeira vez retomando o papel de participar do processo. **Cons. Juarez** disse que a questão da manobrabilidade no Porto de Paranaguá é sério, mas a Comissão tem que cumprir etapas, e também considera um capítulo relevante a questão dos rebocadores. Sobre as autorizações para operação dos navios maiores, disse que realmente foram feitas de forma precária, estão em fase de teste e deverão vir no escopo do trabalho da Comissão, mas pelo modo como tudo está acontecendo espera antecipar os prazos. As próprias simulações de manobrabilidade dos navios com mais de 300m de comprimento, que foram efetuadas pelo TCP, deverão sofrer alguns ajustes de acordo com as demandas que surgirem no âmbito da Comissão. Considera um grande avanço reunir na mesma mesa todas essas entidades, pela primeira vez estão enxergando uma solução tecnicamente consistente, atualizando uma Norma de doze anos atrás, trazendo para o contexto dela a questão ambiental e de segurança, de modo que o porto seja sistêmico e racionalize o uso de seus equipamentos. **O Presidente** disse que nas próximas reuniões o Cons. Juarez estará trazendo informações sobre o assunto de modo a manter o Conselho atualizado.

5.3 - INFORMAÇÕES ACERCA DO ESTÁGIO ATUAL DOS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS DO PORTO DE PARANAGUÁ - Cons. Lourenço Fregonese que informou que já foi efetuada a análise prévia da Licença de Operações e até setembro próximo deverá estar de acordo, já que pelo entendimento da SEP, o assunto é prioridade máxima.

5.4 - INFORMAÇÕES SOBRE "PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA" - Cons. Luiz Antonio Fayet dizendo que o Plano foi uma iniciativa muito importante adotada pela SEP e surgiu da necessidade de fazer um diagnóstico da situação dos portos em si e, que não se tinha um diagnóstico das necessidades portuárias brasileiras diante da globalização do seu estágio atual e nas perspectivas futuras. A velocidade de crescimento da economia brasileira e mundial foi fantástica e alavancada por esse crescimento e das mudanças tecnológicas, tem-se a necessidade de um processo permanente de atualização, por essa razão a SEP tomou a decisão de criar um Plano Nacional de Logística Portuária, exatamente para fazer um diagnóstico de situação e fazer um plano de futuro e um projeto de adequação permanente. Foi convocado pela SEP para participar da validação desses trabalhos, que consistem na elaboração deste Plano composto por um grupo de especialistas de alto nível que estão fazendo desde a análise dos marcos regulatórios da situação estrutural da legislação brasileira e das demandas sob o aspecto organizacional e operacional, fazendo uma avaliação das demandas nacionais e projeções. Esse Plano Nacional deverá ser entregue a SEP em aproximadamente 90 dias e vai estabelecer basicamente um regulamento operacional e o

Porto de Paranaguá deverá ser enquadrado nisso, porque permitirá adotar alguns padrões básicos de governança e exigências operacionais. Explicou que seu envolvimento nesse processo é em função de sua participação na Câmara de Logística e Infraestrutura do Agronegócio do Ministério da Agricultura, onde está concentrado os interesses na competitividade da economia nacional, é uma espécie de coalisão de elementos com interesses públicos e privados e que tem atuado na contribuição e sugestão, onde gerará documento que muito contribuirá para o Plano Nacional de Logística Portuária, além de conseguir através da Bancada Federal, alocar recursos no Orçamento Geral da União, dentro dos interesses identificados pela Câmara. Portanto espera que até o final do corrente ano plano de logística nacional. Também informou realização de diversas reuniões na Câmara onde as questões foram discutidas por segmento, com a identificação dos problemas e diversas, o Brasil tenha um Plano Nacional de Logística Portuária, com uma definição muito clara de procedimentos. Cons. Bosio disse que o país está tomando o direcionamento correto e foi através de grupos de trabalhos do Ministério da Agricultura junto com outros Ministérios que se formaram as comissões e as câmaras onde se discute os problemas nacionais. Não se trata somente de problemas de logísticas mas também outros problemas que surgem e necessitam ser resolvidos de forma pro ativa resultado da união entre o empresariado e o poder público. Cons. Ivany indagou ao Cons. Fayet quais as implicações que o Projeto sob o Código Florestal Brasileiro, atualmente em discussão no Senado, implicará nas questões por ele levantadas. Cons. Fayet respondeu dizendo que a discussão do Código Florestal Brasileiro virá para corrigir algumas excrescências que existem no Brasil, que se tornou o foco dessa questão ambientalista, não por ser responsável pelas transformações climáticas ocorrentes no mundo, mas porque existe a preocupação do mundo com a concorrência brasileira, tendo em vista que em breve futuro o Brasil se transformará no maior fonecedor de produtos do agronegocio no mercado internacional, mesmo estando trabalhando exclusivamente nas áreas que já foram desmatadas e que pelas projeções não haverá nenhuma exigência de desmatamento para ampliar a produção. Cons. Baka parabenizou o Cons. Fayet pela brilhante apresentação, complementou dizendo que ouvindo a avaliação sobre a balança de pagamentos, lembrou que quem está segurando o superávit do Brasil é o setor primário, que é a agricultura, nem a mineração tem dado tanto resultado quanto a agricultura, uma vez que as indústrias e a venda de serviços deram déficit. Sobre a questão do Código Florestal Brasileiro, lembrou que o Brasil tem o maior potencial hídrico do planeta e o Código Florestal tem no seu maior ponto polêmico a proteção das nascentes e dos rios com as matas ciliares que é o maior ponto de discussão no Congresso e que deverá estar sendo votado nos próximos dias, e não há dúvida de que a preservação do potencial hídrico brasileiro, que é a maior reserva de água doce do planeta, tem e deve ser preservado. **5.5 - INFORMAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO GERENCIAL DA APPA** - Cons. Lourenço Fregonese informou de uma reunião ocorrida na Secretaria do Planejamento do Estado, onde foram discutidas os acessos ao Porto de Paranaguá. Também disse ter procurado através do Ministério da Agricultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia saber sobre os avanços dos investimentos que deverão existir na área, para melhoria da produtividade do setor, onde foi informado de ótimas perspectivas para um futuro próximo. **6. EXPEDIENTE:** 6.1 - Relatório Operacional da APPA; 6.2 - Relatório de Atividades do OGMO; 6.3 - Correspondências Expedidas e Recebidas; O Presidente destacou correspondência recebida do SINDOP que trata de assunto relacionado a dificuldades na expedição da documentação para renovação da habilitação das empresas Operadoras Portuárias. A Presidência solicitou ao Cons. Baka como representante do Governo Municipal, comentários sobre o assunto, tendo em vista ser o mesmo de competência da Prefeitura Municipal. Cons. Baka informou que não há nenhuma dificuldade para emissão das Certidões. O que ocorre, é que em função do trabalho que está sendo efetuado por conta de uma determinação do Ministério Público, que diz respeito a fiscalização da Prefeitura sob os agentes que promovem a sujeira nos acessos ao Porto de Paranaguá e, que pelo período de dois anos foi tentado através de orientações educativas, solicitações e notificações que os terminais se adequassem, alguns o fizeram, outros não. As responsabilidades devem ser distribuídas, e, para que fosse tratado de

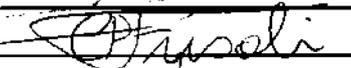


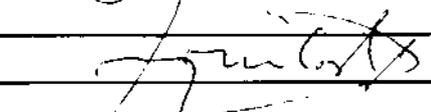
forma coletiva, a Prefeitura começou a multar os terminais e colocá-los em dívida ativa, razão pela qual as Certidões Negativas não são expedidas. Lembrou a dificuldade que a Prefeitura tem na arrecadação do ISS dos prestadores de serviços, mesmo sendo um imposto para ser aplicado em políticas públicas. Lembrou dos ônus que a Prefeitura Municipal assume, inclusive sobre conservação de áreas que não é sua obrigação, como é o caso da Av. Ayrton Senna, que estava no Plano Nacional de Vias do Governo Federal, foi delegado ao Governo Estadual em 1996 e que tirou esse trecho da obrigatoriedade da ECOVIA. Aproveitou a ocasião para informar realização nos próximos dias de uma reunião com o Governo Estadual justamente para definição dessa situação. Disse ainda, estar surpreso com a correspondência do SINDOP, porque a Prefeitura sempre esteve à disposição de todos para discussão e entendimentos, ficando portanto aguardando os terminais para então estabelecer um Termo Coletivo de Ajuste de Conduta e assim encontrar-se uma solução. Cons. Edson informou que o objetivo da solicitação era a buscar uma nova discussão inclusive com a participação da APPA, para um entendimento final, sobre questões nas quais havia divergências de entendimento. Cons. Blásio disse que a questão da discussão da Av. Ayrton Senna é antiga, e o fato é que a mesma exige uma reconstrução total, face o tráfego ser intenso e esse é o momento exato para se fazer uma proposta para inclusão do trecho sob responsabilidade da ECOVIA, uma vez que o Governo do Estado deverá estar efetuando em breve uma renegociação com as Concessionárias do pedágio, sobre a duplicação e inclusão de certos trechos. Cons. Baka concordando com o Cons. Blásio, sugeriu a Presidência do CAP, o encaminhamento de correspondência ao Governo do Estado, bem como de cada entidade representada no Conselho, solicitando que seja reinserida sob responsabilidade da ECOVIA, o tratamento e a manutenção do trecho da Av. Ayrton Senna, de 5,3 km que pertence ao Governo do Estado do Paraná. Cons. Frisoli informou que a APPA não fará investimentos nas vias, está tendo dificuldades em efetuar a manutenção da via pavimentada porque existem algumas restrições legais nas quais a APPA não pode suplantar-las. O que existe é a possibilidade de um trabalho em conjunto inclusive já com a manifestação favorável da SETR, sobre o repasse do trecho para a ECOVIA, porque pelo entendimento do DER esse trecho não é oficialmente delegado ao estado e sim ao DNIT. Existe a hipótese de se buscar uma alternativa, fazendo um remanejamento de verba interna do DNIT, através de um projeto da Bancada Federal do Paraná, é um trabalho grande e pesado dentro do DNIT. O que será discutido na reunião agendada para a próxima semana é que efetivamente o DNIT faça a obra, ou através de relocação de recursos dentro da Superintendência Estadual, ou através de emenda do orçamento, ou de dinheiro do PAC, depois de feito, será visto com quem ficará a responsabilidade. O que se sabe é que tem que haver uma mobilização política muito grande tanto da SETR, como dos parlamentares e uma atuação muito forte do CAP. O Presidente também destacou correspondência recebida via eletrônica do Sr. Nilson Hanke de Camargo, representante da FAEP, através da qual solicitava que fosse convidada a empresa ETEC-Evolução de Projetos Ambientais para vir ao Conselho fazer uma apresentação de uma alternativa eficaz para embarque de granéis em dias de chuvas. Cons. Frisoli concorda com a apresentação, no entanto sugere que antes seja efetuada a apresentação do projeto à Diretoria Técnica da APPA e também que outras soluções propostas também sejam apresentadas ao Conselho. Comunicou que já foram identificados os problemas relacionados a fila de caminhões na Av. Cel. José Lobo, e que a APPA estará tomando atitudes com referência aos terminais. O Sr. Paulinho Dalmaz, Diretor Técnico da APPA disse que esses estudos referente a cobertura para embarque nos dias de chuva, estão proliferando, cada um com idéias diferentes, inclusive informou que deverá estar sendo colocado o protótipo de um projeto nas dependências da APPA, no entanto a APPA só implantará o mesmo no momento em que se tiver a garantia de que o produto efetivamente funcionará e se for do interesse do Colegiado poderão trazer a apresentação de outros projetos ao Conselho. O Presidente disse que essas informações certamente seriam para enriquecer o conhecimento de todos, independentemente de questões comerciais e técnicas e por estar o Colegiado de pleno acordo, estará convidando além da referida empresa, outras com projetos semelhantes para apresentação no Conselho. 7. ASSUNTOS

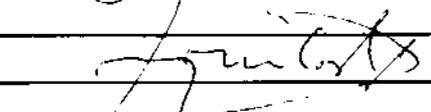
GERAIS. Cons. Maria do Socorro informou que os problemas de logística do Porto de Paranaguá são do conhecimento da equipe responsável pela PNL. O Porto de Paranaguá é considerado um porto estratégico para o desenvolvimento da economia nacional em todos os estudos aportados no Governo Federal. Portanto é um sistema portuário do total interesse do País, até porque pelas previsões, também a movimentação dos cereais continuará com muita importância nos próximos anos em Paranaguá, além do crescimento da carga industrializada. Este é o momento ideal para o encaminhamento do PDZPO e também de projetos bem fundamentados, que somados à força política conseguirão bons resultados e recursos apropriados. Cons. Juarez informou que dentro do contexto do EIA-RIMA e do licenciamento ambiental do TCP para expansão, um dos pontos críticos tratados é a questão dos sistema viário. O TCP foi determinado pelo próprio estudo, a fazer o enquadramento no EIV-Estudo de Impacto de Vizinhança, esse estudo demandado e já está em fase conclusiva, contemplando a análise do fluxo viário. É a partir do estudo efetuado pelo TCP, pode sugerir ao Conselho, complementar o estudo para todos, porque o problema é coletivo e sistêmico, já que o TCP compartilha as mesmas vias com outros terminais. Somente o estudo do TCP não vai resolver, portanto tem que se encontrar uma solução integrada. Sugeriu a contratação de uma Consultoria de Fluxo Viário com o suporte dos demais intervenientes, inclusive da Prefeitura Municipal, porque não pode ser feito de um modo isolado. Presidente comunicou que conforme sugestão do Cons. Baka, a Prefeitura Municipal irá capitaniar a questão levantada pelo Cons. Juarez sobre o estudo de um sistema para controle do fluxo viário, tendo a APPA como protagonista. Também acatando sugestão do Cons. Baka e com a aprovação unânime do Colegiado, estará encaminhando correspondência ao Governo do Estado do Paraná, no sentido de gestionar quando das tratativas com a Concessionária do trecho pedagiado da BR 277, para que seja incluído a conservação e manutenção do trecho de 5.300m da Av. Ayrton Senna, de modo a permitir a segurança e a melhor mobilidade das cargas transportadas e também da Av. Bento Rocha. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a 206ª. Reunião Ordinária, tendo sido lavrada a presente Ata, que vai assinada por todos os Conselheiros, tão logo seja aprovada.

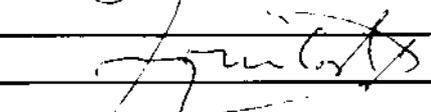
Conselheiros:

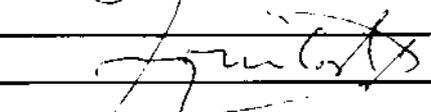
Antonio Alfredo Matthiesen 

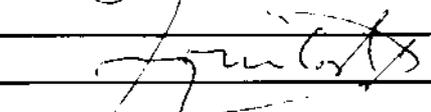
Carlos Roberto Frisoli 

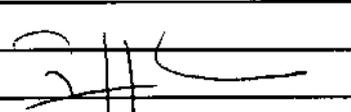
José Baka Filho 

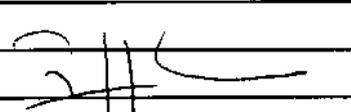
Ivany Marés da Costa 

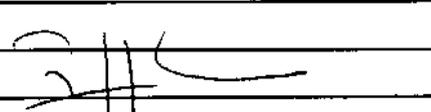
Lourenço Fregonese 

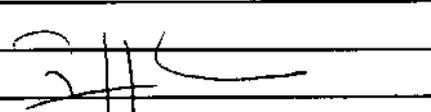
Luiz Teixeira da Silva Junior 

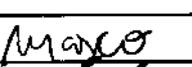
Carlos Alberto Calvo 

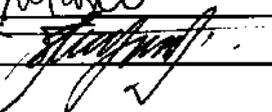
Michael Martins da Silva 

Pérsio Souza de Assis 

Sandro Flores Monteiro 

Edson César Aguiar 

Marco Aurélio Chapaval 

Herber Soares de Freitas 

Carlos Antonio Tortato _____

Wilson Moraes da Silva _____

Maria do Socorro de Oliveira _____

Claudio Fernando Daudt _____

Juarez Moraes e Silva _____

Luiz Antonio Fayet _____

Ismael Alves Pires Neto _____

Zulfiro Antonio Bosio _____

Blásio José München _____

João Gilberto Cominese Freire _____

Joaquim Medeiros C. Fernandes _____

Convidados:

Comandante Pacheco - CPPR

Nilson Hanke de Camargo - FAEP

Sidney Pinto - Cotriguaçu

Sr. Jonathan Mark Crossley - Conselheiro do CAP do Porto do Rio Grande-RS

Sr. Argyris Ikononou - Presidente do SINDAPAR